



ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

Pelo presente instrumento particular:

1. **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE**, companhia aberta com sede em Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida João de Barros, 111, Bairro Boa Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 10.835.932/0001-08, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Emissora");
2. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, representando a comunhão de adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominada "Agente Fiduciário"); e
3. **GUARANIANA S.A.**, companhia aberta com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 78, 3º andar, Bairro Flamengo, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 01.083.200/0001-18, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Interveniente Garantidora"),

(doravante denominadas, conjuntamente, "Parte" ou "Partes"),

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Não-Convertíveis em Ações, Quirografárias, com Garantia Fidejussória, da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE" (doravante denominada "Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas através da reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 11 de março de 2004 ("RCA da Emissora"), e da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora, realizada em 30 de março de 2004 ("AGE").

1.2. A reunião do Conselho Fiscal da Emissora, realizada em 11 de março de 2004, opinou favoravelmente à presente Emissão.

1.3. O Conselho de Administração da Interveniente Garantidora, em reuniões realizadas em 11 de março de 2004 e 3 de junho de 2004 ("RCA da Interveniente Garantidora"), aprovou a prestação da fiança em favor dos debenturistas da presente Emissão e a outorga da Opção de Venda (conforme definida abaixo), nos termos das cláusulas V.12 e seguintes e V.25 e seguintes, abaixo.

SP# 81196 v14



CAPÍTULO II - DOS REQUISITOS

II.1. A 1ª emissão de debêntures da Emissora (doravante denominada "Emissão") será feita com observância dos seguintes requisitos:

II.1.1. Arquivamento e publicação de deliberações. As atas da RCA da Emissora e da AGE, que deliberaram sobre a presente Emissão, foram arquivadas, em 19 de março de 2004 e 06 de abril de 2004, sob os nºs 20040838102 e 20040887936, respectivamente, na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, tendo sido publicadas a ata da RCA, em 20 de abril de 2004, nos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" e "Valor Econômico", e a ata da AGE, em 13 de abril de 2004, nos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" e "Gazeta Mercantil", edições nacional e nordeste, e, em 14 de abril de 2004, no jornal "Valor Econômico". A ata da RCA da Interviente Garantidora de 11 de março de 2004 foi arquivada, em 16 de março de 2004, sob o nº 00001405254, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e publicada, em 24 de março de 2004, nos jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Valor Econômico", e a ata da RCA da Interviente Garantidora de 3 de junho de 2004 foi arquivada, em 27 de julho de 2004, sob o nº 00001446109, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e publicada, em 11 de agosto de 2004, nos jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Valor Econômico".

II.1.2. Arquivamento da Escritura e do Instrumento de Vinculação de Receitas. Esta Escritura será arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco. A presente Escritura e o Instrumento de Vinculação de Receitas (conforme definição abaixo) serão registrados nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco.

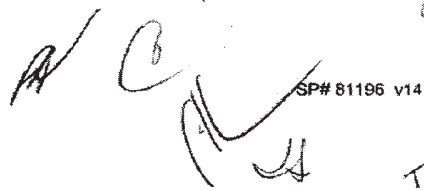
II.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários. A Emissão será registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários (doravante denominada "CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, e alterações posteriores, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e alterações posteriores ("Lei n. 6.404/76") e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

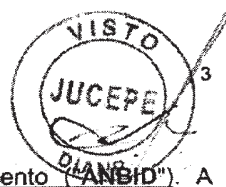
II.1.4. Aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica. A presente Emissão foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), por meio do Ofício nº 1119/2004-SFF/ANEEL, em 14 de julho de 2004.

II.1.5. Registro para distribuição no mercado primário. A Emissão será registrada, para distribuição no mercado primário, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP").

II.1.6. Registro para negociação secundária. As debêntures de que trata a presente Emissão (as "Debêntures") serão registradas para negociação secundária, (a) no Sistema BovespaFix ("BovespaFix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"); e (b) no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, segundo as respectivas normas e procedimentos.

SP# 81196 v14





II.1.7. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID). A Emissão será registrada na ANBID, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 22 do "Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento- ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários", de 16 de janeiro de 2002, pelo coordenador líder da Emissão ("**Coordenador Líder**"), conforme definido no contrato de coordenação ("**Contrato de Coordenação**"), celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

CAPÍTULO III – DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

III.1. A Emissora tem por objeto social: estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo.

CAPÍTULO IV – DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

IV.1. Observada a forma de integralização prevista na cláusula V.18, abaixo, o montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será destinado a realizar investimentos e alongar sua dívida, com novos vencimentos de longo prazo e perfil de amortização compatível com o fluxo de caixa dos investimentos realizados.

CAPÍTULO V - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES




As Debêntures terão as seguintes características:

V.1. Número de ordem da Emissão. Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

V.2. Valor total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$ 127.939.500,00 (cento e vinte e sete milhões, novecentos e trinta e nove mil e quinhentos reais) na Data de Emissão (conforme definição em V.14, abaixo).

V.3. Valor nominal unitário. O valor nominal unitário das Debêntures ("**Valor Nominal**") será de R\$ 28.431,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) na Data de Emissão.

V.4. Atualização do Valor Nominal Unitário. O Valor Nominal das Debêntures será atualizado ("**Atualização**" ou "Valor Nominal Atualizado") pelo fator de variação da cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de reais por dólares norte-americanos, disponível no Sisbacen - Sistema de Informações do Banco Central do Brasil ("**Banco Central**"), através do boletim PTAX 800, consultas de câmbio, opção 5, cotações para contabilidade, moeda 220, mercado livre, taxa essa vigente no dia útil imediatamente anterior à Data de Emissão e à data de aferição, e o produto da Atualização agregar-se-á

 

SP# 81196 v14

ao Valor Nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação relativas às Debêntures.

V.4.1. O Valor Nominal das Debêntures será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left[\frac{US_n}{US_0} \right]$$



onde:

VNa = Valor Nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal da Debênture no 1º Período de Capitalização, ou Valor Nominal Atualizado no início do 2º Período de Capitalização, ou ainda Saldo do Valor Nominal Atualizado no início do 3º Período de Capitalização e dos Períodos de Capitalização subsequentes, informados/calculados, com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



US_n = valor da taxa de venda do dólar comercial de fechamento (PTAX800 – Opção 5), referente ao dia útil imediatamente anterior à data de cálculo, informado com 4 (quatro) casas decimais;

US₀ = valor da taxa de venda do dólar comercial de fechamento (PTAX800 - Opção 5), referente ao dia útil imediatamente anterior à data de início de capitalização, informado com 4 (quatro) casas decimais;

O quociente da divisão dos valores da taxa de câmbio US₀ e US_n deverá ser apurado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

V.4.2. No caso de indisponibilidade temporária da cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de reais por dólares norte-americanos, disponível no Sisbacen - Sistema de Informações do Banco Central, através do boletim PTAX 800, consultas de câmbio, opção 5, cotações para contabilidade, moeda 220, mercado livre, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, o Agente Fiduciário deverá obter a média da cotação de venda do dólar norte-americano para liquidação de operações financeiras em volumes semelhantes ao da liquidação da obrigação pecuniária em questão, junto a 03 (três) instituições financeiras que tenham atuação relevante no mercado de câmbio, não cabendo, porém, quando da divulgação da taxa de venda do dólar norte-americano devida, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos debenturistas.

V.4.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação pelo Banco Central da taxa de venda do dólar norte-americano por prazo superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas desta Emissão para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado, o qual deverá conter características semelhantes à Atualização ora estabelecida. Até a celebração desse parâmetro, e desde que não ocorra o vencimento de qualquer obrigação pecuniária, hipótese na qual aplica-se o disposto na cláusula acima, será utilizada, para o cálculo do


SP# 81196 v14




valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a última cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de reais por dólares norte-americanos divulgada pelo Banco Central. Na hipótese de na assembléia acima mencionada não ser obtido o acordo com a Emissora a respeito do novo parâmetro a ser utilizado e desde que não ocorra o vencimento de qualquer obrigação pecuniária, hipótese na qual aplica-se o disposto na cláusula acima, o Agente Fiduciário deverá obter a média da cotação de venda do dólar norte-americano para liquidação de operações financeiras em volumes semelhantes ao da liquidação da obrigação pecuniária em questão, junto a 03 (três) instituições financeiras que tenham atuação relevante no mercado de câmbio.

V.5. Número de séries. A Emissão terá uma única série de debêntures.

V.6. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 4.500 (quatro mil e quinhentas) Debêntures.

V.7. Forma. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados representativos. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição depositária responsável pela escrituração das Debêntures ("Instituição Depositária"). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.

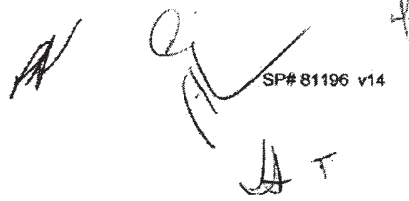
V.8. Convertibilidade em ações. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

V.9. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória, na forma do disposto no artigo 58 da Lei n. 6.404/76.

V.10. Limite da Emissão. O capital social autorizado da Emissora, nesta data, é de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), e o capital integralizado é de R\$372.616.418,18 (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e dezesseis mil, quatrocentos e dezoito reais e dezoito centavos), razão pela qual a Emissão não ultrapassa os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n. 6.404/76.

V.11. Vinculação de Receitas da Emissora. A Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a vincular, nesta data, em favor dos debenturistas da Emissão, parte de suas receitas, decorrentes da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica (conforme previsto no Instrumento de Vinculação de Receitas abaixo definido), para garantir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura.

V.11.1. As receitas serão arrecadadas e/ou transferidas para uma conta centralizadora de cobrança, de titularidade da Emissora junto ao Banco do Brasil S.A., ou outro banco centralizador ("Conta Centralizadora"). O Agente Fiduciário da Emissão terá poderes para verificar o cumprimento dessa obrigação, conforme instrumento particular de procuração, na forma do Anexo V ao Instrumento de Vinculação de Receitas (conforme definido abaixo), e, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das parcelas da Remuneração ou das Amortizações (conforme definições abaixo), ou no


SP# 81196 v14



cumprimento de qualquer outra obrigação prevista nesta Escritura ou no Instrumento de Vinculação de Receitas, poderá reter os saldos creditados na Conta Centralizadora e movimentá-los através da transferência diária até o limite mensal de 18% (dezoito por cento) do saldo devedor das Debêntures, devidamente atualizado nos termos deste instrumento, pelo tempo que for necessário à obtenção dos recursos suficientes para o pagamento de 100% (cem por cento) das obrigações da Emissora para com os debenturistas da Emissão.

V.11.2. Em decorrência da vinculação das receitas acima mencionada, a Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, de forma indivisível e no mesmo grau de preferência, a constituir, nesta data, em favor dos debenturistas, nos termos dos artigos 1.451 e seguintes do Código Civil, penhor sobre os créditos contra o Banco Centralizador, representados por saldos bancários constituídos na Conta Centralizadora.

V.11.3. A vinculação das receitas é formalizada nesta data através do "Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e Outras Avenças" (**Instrumento de Vinculação de Receitas**), que integra a presente Escritura, na forma do Anexo I.

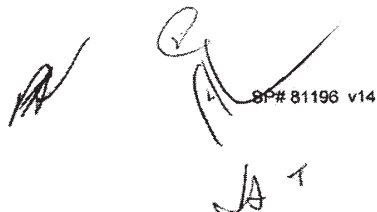
V.12. Garantia fideiussória. A Interviente Garantidora, na qualidade de acionista controladora da Emissora, concede, neste ato, fiança em favor dos debenturistas desta Emissão, representados pelo Agente Fiduciário (**Fiança**), pela qual obriga-se, como fiadora e principal pagadora, de forma irrevogável e irretratável, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, do Código Civil (Lei n. 10.406, de 10.1.2002, e alterações posteriores – **Código Civil**), e artigo 595, do Código de Processo Civil (Lei n. 5.869, de 11.1.1973, e alterações posteriores – **Código de Processo Civil**), pelo pronto e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na presente Escritura e/ou no Instrumento de Vinculação de Receitas, incluindo a obrigação de pagar, na data de seu vencimento, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures, acrescido (i) da respectiva Atualização, prevista na cláusula V.4, acima, (ii) da Remuneração, ambas calculadas *pro rata temporis*, (iii) dos Encargos Moratórios, se houver, desde a Data de Emissão ou do último pagamento às Debêntures, bem assim pela liquidação de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, assumidas pela Emissora, nos termos desta Escritura e nos demais documentos decorrentes desta Emissão.

V.12.1. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a imediata execução da Fiança, nos prazos e formas aqui previstos, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada alguma hipótese de insuficiência de pagamento do valor principal das Debêntures, acrescido da respectiva Atualização, prevista na cláusula V.4, acima, da Remuneração e dos Encargos Moratórios, em qualquer hipótese de seu vencimento, tudo de acordo com o disposto nesta Escritura.

V.12.2. A Interviente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos debenturistas desta Emissão, caso venha honrar, no todo ou em parte, a presente garantia.

V.12.3. A Fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.

V.12.4. Em caso de inadimplência da Emissora ou da Interviente Garantidora em relação às obrigações dispostas nesta Escritura, o Agente Fiduciário poderá executar



SP# 81196 v14



quaisquer das garantias concedidas à presente emissão de Debêntures, não havendo preferência entre elas.

V.13. Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos pelas normas vigentes no país, tais como pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Bacen, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, sendo atendidos, obrigatoriamente, na seguinte ordem: (i) os clientes do Coordenador Líder, que desejarem subscrever as Debêntures; e (ii) o Coordenador Líder, sob o regime de garantia firme prestada nos termos do Contrato de Coordenação.

V.14. Data de emissão. Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 27 de janeiro de 2004 ("Data de Emissão").

V.15. Prazo e data de vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 27 de janeiro de 2012 ("Data de Vencimento").

V.16. Prazo para subscrição. As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição da presente Emissão.

V.17. Preço de subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido da Atualização e da Remuneração, calculadas *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido na cláusula V.18, abaixo) ("Preço de Subscrição").

V.18. Formas de subscrição e integralização. A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição será realizado à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), mediante pagamento em dinheiro ou em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis, em moeda nacional.

V.19. Pagamento do Valor Nominal Atualizado. O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado pela Emissora em 8 (oito) parcelas iguais, anuais e sucessivas, sendo que cada parcela obedecerá a razão de 12,5% (doze vírgula cinco por cento) do Valor Nominal na Data de Emissão, ou seja, o valor de R\$ 3.553,8750 (três mil, quinhentos e cinquenta e três reais oitocentos e setenta e cinco milésimos de reais), acrescido da Atualização definida na cláusula V.4, nas datas abaixo listadas ("Amortização" ou "Amortizações"):

Data de Pagamento	Percentual de Amortização	Parcela da Amortização, a ser atualizada desde a Data de Emissão	
27 - fev - 2005	12,50%	R\$	3.553,8750
27 - jan - 2006	12,50%	R\$	3.553,8750
27 - jan - 2007	12,50%	R\$	3.553,8750
27 - jan - 2008	12,50%	R\$	3.553,8750

SP# 84196 v14



27 - jan - 2009	12,50%	R\$	3.553,8750
27 - jan - 2010	12,50%	R\$	3.553,8750
27 - jan - 2011	12,50%	R\$	3.553,8750
27 - jan - 2012	12,50%	R\$	3.553,8750

V.20. Remuneração. Sobre o saldo do Valor Nominal atualizado na forma da cláusula V.4, acima, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa de juros fixa de 11,30% (onze inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base 365 dias corridos, incidentes a partir da Data de Emissão e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por dias corridos ("Remuneração").

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [\text{Fator Juros}^n - 1]\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa = 11,30;

N = 365 dias corridos;

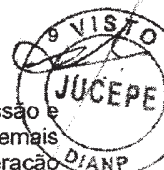
n = número de dias corridos entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

DT = número de dias corridos entre o último e o próximo evento;

DP = número de dias corridos entre o último evento e a data atual.

V.20.1. Entende-se por período de capitalização ("Período de Capitalização") o intervalo de tempo entre 2 (duas) datas previstas para o pagamento da Remuneração,

SP-61196 v14



ressalvado que o 1º (primeiro) Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data prevista para o 1º (primeiro) pagamento da Remuneração. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data prevista para o pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data prevista para o pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior, sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal atualizado, na forma da cláusula V.4, para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura.

V.20.2. Periodicidade do pagamento da Remuneração. A Remuneração será paga semestralmente, razão pela qual o 1º (primeiro) pagamento ocorrerá em 27 de julho de 2004 e o último, em 27 de janeiro de 2012. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures que assim constem na Instituição Depositária ou no CETIP ou na CBLC ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento.

V.21. Local de pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou pela CBLC, ou através da Instituição Depositária, para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC.

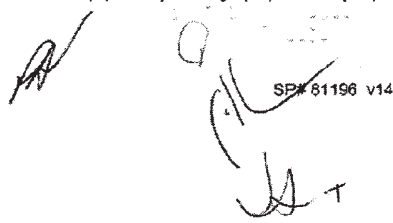
V.22. Fundo de Amortização. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

V.23. Resgate antecipado facultativo. Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.

V.24. Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço igual ou inferior ao seu Valor Nominal, acrescido da Atualização e da Remuneração pro rata devida até a data de aquisição e ainda não paga aos debenturistas, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n. 6.404/76.

V.24.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures da mesma série em circulação.

V.25. Opção de Venda. Na hipótese de inadimplemento pela Garter Properties, Inc., Itapebi Geração de Energia S.A, Termopernambuco S.A., ou de qualquer outra sociedade que não seja concessionária de serviços públicos de energia elétrica que, de forma direta ou indireta, seja controladora, controlada ou esteja sob controle comum com a Emissora, de quaisquer obrigações a que estejam sujeitas, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, observado os períodos de carência aplicáveis, ou, ainda, deixar de cumprir ou observar qualquer pacto ou avença que caiba a qualquer delas, pacto ou avença esse em valor agregado igual ou superior a US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), ou seu equivalente em moeda nacional, não regulamentado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do descumprimento da obrigação, cada debenturista desta Emissão terá a opção de, individualmente e a seu exclusivo critério, obrigar a Interviente Garantidora a adquirir a(s) Debênture(s) de que seja(m) titular(es).



SP 81196 v14



V.25.1. A Interveniente Garantidora, por sua vez, uma vez por ela, ou pelo Agente Fiduciário, verificada a ocorrência de um dos eventos descritos acima para exercício da opção, obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures em circulação dos debenturistas que, a exclusiva opção destes, manifestarem interesse em vender toda ou parte das debêntures de que são titulares ("Opção de Venda"), de acordo com os termos e condições a seguir dispostos.

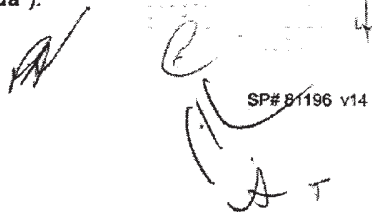
V.25.1.1. Comunicação aos Debenturistas. Para fins do disposto nesta cláusula, ocorrendo o evento descrito na cláusula V.25, acima, o Agente Fiduciário deverá (i) notificar a CETIP, a Bovespa, a Interveniente Garantidora e os debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do conhecimento do evento de inadimplemento, independentemente da comunicação da Emissora a que se refere o Capítulo VIII, item a.8. desta Escritura; e (ii) no dia útil seguinte ao transcurso de tais 5 (cinco) dias úteis, publicar, na forma da cláusula V.29, abaixo, aviso aos debenturistas desta Emissão, para informar o prazo e modo de manifestação àqueles que, a seu exclusivo critério, desejarem exercer a Opção de Venda.

V.25.2. Manifestação dos Debenturistas. Os debenturistas que, a seu exclusivo critério, desejarem exercer a Opção de Venda, independentemente da realização de Assembléia de Debenturistas, terão o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da publicação do aviso aos debenturistas, para manifestar o seu interesse em exercer a Opção de Venda através do SND, do BovespaFix ou da Instituição Depositária, caso as debêntures não estejam depositadas no SND ou no BovespaFix, conforme o caso, indicando a quantidade de Debêntures a qual desejam exercer. Decorrido o prazo de manifestação da Opção de Venda, o exercício da Opção de Venda por qualquer debenturista será irrevogável e irretroatável.

V.25.3. Bloqueio das Debêntures. Fica desde já certo e ajustado que as Debêntures objeto do exercício da opção ficarão bloqueadas e não poderão ser negociadas ou retiradas do SND, do BovespaFix ou da Instituição Depositária, conforme o caso, desde a data de manifestação do titular que exercê-la, conforme os termos da cláusula V.25.2 acima.

V.25.4 Data do Exercício da Opção de Venda. No 1º dia útil após o término do prazo de manifestação dos debenturistas, o Agente Fiduciário solicitará ao SND, ao BovespaFix e/ou a Instituição Depositária, conforme o caso, a relação dos debenturistas que optaram em exercer o direito de venda das debêntures, bem como a respectiva quantidade, para informar à Emissora e à Interveniente Garantidora a quantidade de debêntures objeto da Opção de Venda. No 5º (quinto) dia útil a contar do término do prazo de manifestação dos debenturistas, a Interveniente Garantidora, mediante as regras do SND ou do BovespaFix, conforme o caso, liquidará automaticamente a compra e venda das debêntures objeto da Opção de Venda.

V.25.5. Preço do Exercício da Opção. O preço a ser pago pela Interveniente Garantidora em decorrência do exercício da Opção de Venda será igual ao saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do exercício da Opção de Venda, acrescido (i) da Atualização, prevista na cláusula V.4, acima, e da Remuneração, calculadas *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Opção de Venda, (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos debenturistas nos termos desta Escritura ("Preço da Opção de Venda").



SP# 81196 v14



V.25.6. A aquisição pela Interviente Garantidora não implicará no resgate pela Emissora das Debêntures objeto do exercício da Opção de Venda, podendo ser recolocadas pela Interviente Garantidora, total ou parcialmente a qualquer tempo, observados os termos desta Escritura e da legislação em vigor.

V.26. Encargos Moratórios. Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso, devidamente atualizados nos termos da cláusula V.4 e seguintes, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

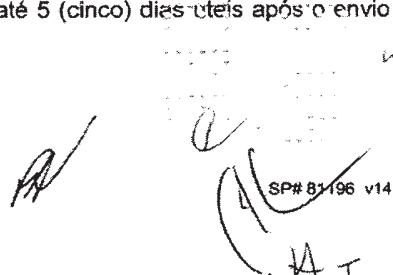
V.27. Prorrogação dos prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou da CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

V.28. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. O não-comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios, se houver, no período relativo ao atraso no recebimento.

V.29. Publicação. Todos os atos e decisões destinados aos debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal "Valor Econômico" e em outros jornais habitualmente utilizados pela Emissora, informados nas Informações Anuais – IAN, e através da rede mundial de computadores, por meio do site da Emissora (<http://www.celpe.com.br>), devendo esta avisar o Agente Fiduciário, antecipadamente, da realização de qualquer publicação. O anúncio de início e o anúncio de encerramento da presente Emissão serão publicados no jornal "Valor Econômico", sendo que o anúncio de início será publicado na forma de aviso resumido, e disponibilizados na íntegra no site da Emissora (<http://www.celpe.com.br>).

V.30. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem:

a. Para a Emissora:



**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE**

Avenida João de Barros, 111, Bairro Boa Vista

50050-092 Recife - PE

At. Diretor de Tesouraria, Finanças e de Relações com Investidores

Sr. Erik da Costa Breyer

Telefone: (81) 3217-5118

Fac-símile: (81) 3217-5373

E-mail: ebreyer@celpe.com.br

b. Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205

22640-100 Rio de Janeiro - RJ

At. Sr. Juarez Dias Costa - Diretor

Telefone: (21) 2493-7003

Fac-símile: (21) 2493-4746/4901

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br

c. Para a Instituição Depositária:

BANCO ITAÚ S.A.

Diretoria de Serviços para Mercado de Capitais

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

04344-902 São Paulo, SP

At.: Superintendência de Serviços para Empresas - Sr. Cláudio Ribeiro

Telefone: (11) 5029 1317

Fac-símile: (11) 5029 1917

E-mail: claudio.ribeiro@itau.com.br

d. Para o Banco Mandatário:

BANCO ITAÚ S.A.

Diretoria de Serviços para Mercado de Capitais

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

04344-902 São Paulo, SP

At.: Superintendência de Serviços para Empresas - Sr. Cláudio Ribeiro

Telefone: (11) 5029 1317

Fac-símile: (11) 5029 1917

E-mail: claudio.ribeiro@itau.com.br

e. Para a Interviente Garantidora:

GUARANIANA S.A.

Praia do Flamengo, 78, 3º andar, Bairro Flamengo

22210-904 Rio de Janeiro - RJ

At. Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Telefone: (21) 3235-9800

Fac-símile: (21) 3235-9883

E-mail: ebreyer@guaraniana.com.br

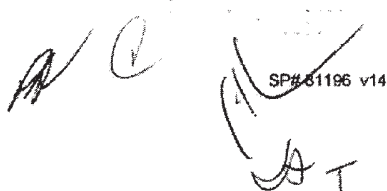
f. Para a CBLC:

Rua XV de Novembro, 275

01013-001 Centro - São Paulo - SP

At. Supervisão de Serviços de Custódia

D.



SP# 61196 v14

Telefone: (11) 3233-2307 / 2065
Fac-símile: (11) 3233-2242
E-mail: custodia@cblc.com.br

g. Para a CETIP:
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
01009-000 Centro - São Paulo - SP
At. Área de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1403
Fac-símile: (11) 3111-1563
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br



V.31. Instituição depositária. A instituição depositária, prestadora de serviços de escrituração das Debêntures, será o Banco Itaú S.A..

V.32. Banco mandatário. O banco mandatário das Debêntures será o Banco Itaú S.A. ("Banco Mandatário").

CAPÍTULO VI – DEFINIÇÕES DE TERMOS FINANCEIROS

VI.1. Para os fins desta Escritura, aplicar-se-ão as seguintes definições:

- a. **"EBITDA":** resultado da receita líquida do exercício da Emissora, verificado na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) da Emissora, deduzido o custo de bens e/ou serviços vendidos, deduzidas as despesas operacionais, acrescidos os valores de depreciação e amortização então verificados. Esta relação considerará a soma dos últimos 12 (doze) meses.
- b. **"Despesa Financeira":** somatório das despesas financeiras da Emissora, desconsiderados a variação cambial *non cash* e os juros sobre capital próprio eventualmente pagos pela Emissora, que estarão contabilizados em conta própria em despesas financeiras. Esta relação considerará a soma dos últimos 12 (doze) meses. Neste caso, a Emissora fornecerá, trimestralmente, ao Agente Fiduciário, os saldos de contas não disponibilizados nas informações periódicas encaminhadas à CVM, na forma da legislação aplicável, inclusive, sem limitação, a variação cambial *non cash*.
- c. **"Dívida Bancária":** saldo do mês da base de cálculo relativo às dívidas bancárias da Emissora, assim entendidas as de curto e de longo prazo, adicionados os valores de dívida para com sociedades controladas, controladoras, sob controle comum, coligadas e as assim equiparadas.
- d. **"Patrimônio Líquido":** será o saldo do patrimônio líquido da Emissora do mês da base de cálculo.

CAPÍTULO VII – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

VII.1. Hipóteses. Observado o disposto na cláusula VII.2, abaixo, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do Valor Nominal acrescido da

Handwritten signatures and initials are present below the text.

SP# 81186 v14



Atualização, prevista na cláusula V.4, acima, da Remuneração, e dos Encargos e Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora ou pela Interviente Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária perante os debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, não sanada em 2 (dois) dias úteis;
- b. descumprimento, pela Emissora, das obrigações por ela assumidas no Instrumento de Vinculação de Receitas, nos prazos e formas ali definidos;
- c. pedido de auto-falência da Emissora, decretação de falência da Emissora, pedido de concordata formulado pela Emissora, ou, ainda, qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substitua ou complemente a atual legislação sobre falências e concordatas;
- d. alienação, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora, tal como definido nos artigos 116 e 254-A da Lei n. 6.404/76, que resulte na redução do *rating* da Emissão, atribuído inicialmente pela agência de *rating* contratada para analisá-la, para nível inferior à classificação *investment grade*. Para os fins do disposto na presente alínea, a convocação da agência de *rating*, para que seja realizada a atualização do *rating* da Emissão, que deverá ser feita pela Emissora em até 10 (dez) dias, contados da data em que seja publicado o fato relevante sobre a alienação do controle em questão, sob pena de, em não sendo feita referida convocação, o Agente Fiduciário poder declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Na hipótese de a referida agência de *rating*, por qualquer motivo, não atualizar o *rating* da emissão, a Emissora, de comum acordo com o Agente Fiduciário, deverá providenciar a sua substituição por outra agência, com igual qualidade e nível de excelência, sob pena de o Agente Fiduciário poder declarar o vencimento antecipado das Debêntures, se a responsabilidade pela não-substituição for da Emissora;
- e. a Emissora perder a qualidade de concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica;
- f. pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, caso ela esteja em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures previstas nesta Escritura, ressalvados, entretanto, em qualquer hipótese, os pagamentos decorrentes de regras previstas no Estatuto Social da Emissora e na Lei n. 6.404/76, para destinação do resultado do exercício e, em especial, distribuição de dividendos pela Emissora;
- g. inadimplemento, pela Emissora ou pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, Companhia Energética do Rio Grande do Norte – Cosern, ou qualquer outra sociedade concessionária de serviços públicos de energia elétrica que, de forma direta ou indireta, seja controladora, controlada ou esteja sob controle comum com a Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei n. 6.404/76, de quaisquer obrigações a que estejam sujeitas em razão da presente Emissão, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, observado os períodos de carência aplicáveis, ou, ainda, deixar de cumprir ou observar qualquer pacto ou

SP# 81196 v14



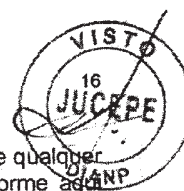
avença que caiba a qualquer delas, pacto ou avença esse em valor agregado igual ou superior a US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), ou seu equivalente em moeda nacional, não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do descumprimento da obrigação;

- h. protestos legítimos e reiterados de títulos contra a Emissora ou Interviente Garantidora, ou a permanência de protesto injustificado por mais de 30 (trinta) dias, cujo montante possa, de qualquer forma, em ambos os casos, vir a prejudicar cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura;
- i. descumprimento, pela Emissora, desde que haja Debêntures em circulação, do dever de manter os seguintes índices e limites financeiros a seguir ("Covenants Financeiros"): (a) Relação mínima EBITDA/Despesa Financeira, de 2004 até a Data de Vencimento, igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos); (b) relação máxima Dívida Bancária/EBITDA igual ou inferior a (i) 3,5 (três inteiros e cinco décimos), de 2004 até o último trimestre de 2007; e (ii) 3,2 (três inteiros e dois décimos), para os trimestres subsequentes, até a Data de Vencimento; e (c) Relação máxima Dívida Bancária/Patrimônio Líquido igual ou inferior a 1 (um inteiro);
- j. descumprimento, pela Emissora ou pela Interviente Garantidora, de qualquer obrigação não-pecuniária perante os debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, nas Debêntures ou no Instrumento de Vinculação de Receitas, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento pela Emissora de notificação escrita do Agente Fiduciário, sendo certo que o prazo previsto nesta alínea não se aplica a qualquer outra hipótese deste Capítulo VII ou qualquer das hipóteses já previstas no Instrumento de Vinculação de Receitas; ou
- k. caso qualquer das cláusulas do Instrumento de Vinculação de Receitas seja considerada inválida ou ineficaz, ou, caso a vinculação aqui prevista se torne ilegal, imprópria ou insuficiente para assegurar o pagamento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, nas Debêntures ou no Instrumento de Vinculação de Receitas.

VII.1.1. A verificação do atendimento dos *Covenants Financeiros* deverá ser feita trimestralmente, considerando o trimestre-calendário, a partir das informações enviadas periodicamente pela Emissora, na forma de legislação aplicável, à CVM. Concomitantemente ao envio destas informações à CVM, a Emissora deverá encaminhar, trimestralmente, ao Agente Fiduciário, uma memória de cálculo, após o fechamento de cada trimestre, descrevendo as contas realizadas consideradas nos cálculos dos *Covenants Financeiros*.

VII.2. Vencimento Antecipado. Verificada qualquer das hipóteses previstas na cláusula VII.1, acima, ou qualquer outra hipótese de inadimplemento da Emissora ou da Interviente Garantidora ou de vencimento antecipado previsto nesta Escritura, em qualquer documento a esta relacionado ou em lei, o Agente Fiduciário poderá, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, declarar vencidas antecipadamente as Debêntures, esta Escritura de Emissão, o Instrumento de Vinculação de Receitas ou qualquer outro instrumento relacionado à presente Emissão.

Handwritten signatures and initials are present below the text. A stamp with the text "SP# 81/96 v14" is visible.



VII.3. Pagamento. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures ou de qualquer outro instrumento relacionado à presente Emissão, a Emissora pagará, conforme adiante previsto, o saldo do Valor Nominal, acrescido (i) da Atualização, prevista na cláusula V.4, acima, (ii) da Remuneração, (iii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iv) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, calculados *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento.

CAPÍTULO VIII – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

VIII. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

a. encaminhar ao Agente Fiduciário:

- a.1. dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social, bem como Declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes da presente Escritura;
- a.2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, bem como Declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes da presente Escritura;
- a.3. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM n. 202, de 6.12.1993, nos prazos ali previstos;
- a.4. o anúncio da convocação e a ata de qualquer assembléia geral de acionistas da Emissora, bem como as atas das reuniões do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal, que contenham deliberações que guardem relação com a presente Emissão, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n. 202, de 6.12.1993, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- a.5. na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na cláusula V.29;
- a.6. qualquer fato relevante, divulgado nos termos da Instrução CVM n. 358, de 3.1.2002;
- a.7. os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas desta Emissão, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da respectiva data de vencimento;
- a.8. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no



SP# 81196 v14



Capítulo V, item V.25 acima, imediatamente após a sua ocorrência; e

- a.9. ao final de cada trimestre calendário, relatório demonstrativo do cumprimento dos *Covenants* Financeiros, explicitando as rubricas e descrevendo as contas realizadas consideradas nos cálculos dos *Covenants* Financeiros.
- b. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei n. 6.404/76 e pela Instrução CVM n. 207, de 1.2.1994, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- c. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- d. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BovespaFix) e a agência de classificação de risco (*rating*) previstas nesta Escritura;
- e. manter atualizado, pelo menos anualmente, os relatórios de classificação de risco das Debêntures, elaborado pela agência de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, disponibilizando ao Agente Fiduciário e ao mercado cópia de tais relatórios, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento;
- f. convocar a assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- g. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- h. submeter, na forma da legislação aplicável, a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, suas demonstrações financeiras;
- i. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e, bem assim, fornecer aos debenturistas desta Emissão, quando assim solicitado, as demonstrações financeiras publicadas, previstas no artigo 176 da Lei n. 6.404/76;
- j. manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas desta Emissão, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- k. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- l. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissão;
- m. observar os limites de emissão prescritos no artigo 60, da Lei n. 6.404/76.

SP# 81196 v14



CAPÍTULO IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

IX.1. Nomeação. A Emissora nomeia e constitui a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, para Agente Fiduciário dos debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n. 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

IX.2. Declarações. O Agente Fiduciário declara:

- a. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei n. 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM n. 28, de 23.11.1983;
- c. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica, nesta Escritura e no Instrumento de Vinculação de Receitas;
- d. aceitar integralmente a Escritura, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;
- f. esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- g. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação, anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- h. ter verificado, quando da aceitação da função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- i. ter verificado a regularidade da constituição das garantias prestadas, sua suficiência e exequibilidade, conforme item IX.2.1 abaixo.

IX.2.1. Com base em informações do balanço patrimonial da Interviente Garantidora de 30 de junho de 2004, descrito a seguir, foi observada a sua suficiência e sua exequibilidade, na forma prevista no inciso IX, do artigo 12, da Instrução CVM n. 28, de 23.11.1983.

A situação patrimonial da Interviente Garantidora em 31 de dezembro de 2003 era a seguinte (valores em R\$ mil):

[Handwritten signatures and initials]
SP# 81196 v14



PATRIMÔNIO LÍQUIDO	EXIGÍVEL TOTAL	ATIVO PERMANENTE	ATIVO REALIZÁVEL
4.743.116	2.369.263	6.740.089	2.649.393

IX.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria assembléia geral de debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na cláusula IX.3.4. adiante.

IX.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.

IX.3.2. É facultado aos debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

IX.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na Instrução CVM n. 28, de 23.11.1983, e eventuais normas posteriores.

IX.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a assembléia dos debenturistas desta Emissão não delibere sobre a matéria.

IX.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

IX.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

IX.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a cláusula V.29, acima.

IX.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM n. 28, de 23.11.1983.

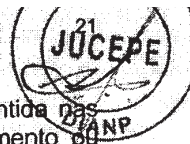
IX.4. Deveres e atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

Handwritten signatures and initials are present below the text. A stamp with the number '81196' and 'v14' is visible.



- a. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h. verificar a regularidade da constituição das garantias previstas nas cláusulas V.11 e V.12, acima, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- i. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- j. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- k. convocar, quando necessário, a assembléia geral de debenturistas da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da cláusula V.29, acima, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei n. 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- l. comparecer à assembléia geral de debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m. elaborar, anualmente, relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei n. 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

Handwritten signatures and initials are present below the list. A stamp with the text "SP# 81196 v14" is visible near the bottom right of the signatures.



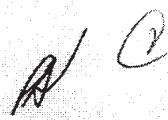
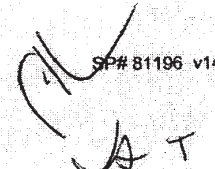
- m.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- m.2. alterações estatutárias ocorridas no período;
- m.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- m.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- m.5. resgate, Amortização, aquisição facultativa e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- m.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- m.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- m.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- m.9. declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade das garantias das Debêntures, previstas nas cláusulas V.11 e V.12, acima;
- m.10. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário;

disponibilizar o relatório de que trata a alínea "m" aos debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- n.1. na sede da Emissora;
- n.2. no local por ele indicado;
- n.3. na CVM;
- n.4. na Bovespa e na CETIP; e
- n.5. no Coordenador Líder;

publicar, na forma da cláusula V.29, acima, anúncio comunicando aos debenturistas desta Emissão que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m";

manter atualizada a relação dos debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CBL e à CETIP;

 
SP# 81196 v14
A T



- q. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas;
- r. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não-fazer; e
- s. notificar os debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - s.1. à CVM;
 - s.2. à Bovespa e à CETIP; e
 - s.3. à Emissora.

IX.5. Atribuições Específicas. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos no Capítulo VII, acima:

- a. declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. tomar posse das receitas, na forma do Instrumento de Vinculação de Receitas, e aplicar o produto ao pagamento, integral ou proporcionalmente, das Debêntures;
- c. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas desta Emissão;
- d. requerer a falência da Emissora; e
- e. representar os debenturistas em processo de falência, concordata, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências e concordatas.

IX.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d", da cláusula anterior, se, convocada a assembléia geral de debenturistas desta Emissão, aquela assinar o autorizar, por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Para a hipótese prevista na alínea "e", da cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação.

IX.6. Remuneração. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, remuneração paga de seguinte forma:



SPH 81196 v14



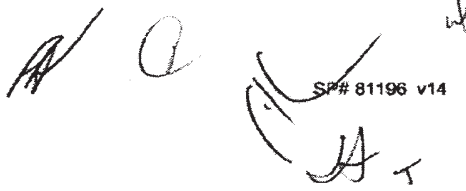
- a. Parcelas trimestrais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), devidas a primeira na data da assinatura desta Escritura, sendo que a primeira parcela trimestral será no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), devido ao desconto da parcela única do item "b" abaixo;
- b. Parcela única de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de implantação da operação, devida em 06/03/2004, observado o disposto no item "a" acima;
- c. Caso venha a existir assembléia geral de debenturistas, ou reunião formal dos debenturistas, será devido, adicionalmente, o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por assembléia ou reunião formal, acrescido do valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), por hora-homem de trabalho, dedicada à realização e implementação das decisões da assembléia ou reunião formal, a serem pagos 5 (cinco) dias após a realização da assembléia ou reunião formal;
- d. As parcelas e valores dos itens "a", "b" e "c" serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), a partir de 1 de fevereiro de 2004;
- e. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora (ou garantidor);
- f. Os impostos e contribuições incidentes sobre os honorários (ISS, Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, Cofins e PIS) serão acrescidos à remuneração, nas alíquotas vigentes na data dos pagamentos;
- g. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % e juros de mora de 1,0 % ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;

IX.6.1. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam razoavelmente necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

IX.7. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, razoável e comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.

IX.7.1. O ressarcimento a que se refere a cláusula anterior será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

IX.7.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos debenturistas desta Emissão, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações


SP# 81196 v14



contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 30 (trinta) dias, com relação ao pagamento destas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas da presente emissão para cobertura do risco da sucumbência.

IX.7.3. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na cláusula anterior os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo.

IX.7.4. As despesas a que se refere a cláusula IX.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;
- c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

IX.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

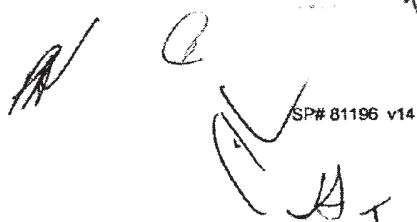
CAPÍTULO X – DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

X.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

X.2. Convocação. A assembleia de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

X.3. Quorum de instalação. A assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas da presente Emissão que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

X.3.1. Para os fins de apuração do quorum de instalação em qualquer assembleia de debenturistas, serão excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora.



SP# 81196 v14



X.4. Mesa Diretora. A presidência da assembleia de debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

X.5. Quorum de deliberação. Nas deliberações da assembleia geral de debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes à assembleia, com exceção da modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem mais da metade das Debêntures em circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto na cláusula IX.5.1. acima.

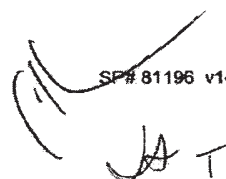
X.5.1. Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer assembleia de debenturistas da presente Emissão, serão excluídos os votos em branco.

X.6. Para efeito da constituição de qualquer quorum de instalação e/ou de deliberação da assembleia de debenturistas previsto nesta Escritura, considera-se "debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de sociedades controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), ligadas, ou de administradores da Emissora, incluindo, sem limitação, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

CAPÍTULO XI – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

XI.1. A Emissora declara e garante que:

- a. mediante a aprovação da ANEEL e da CVM mencionada no item I acima, estará devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, o Instrumento de Vinculação de Receitas e demais contratos relacionados à Emissão, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b. a celebração, a entrega e a execução desta Escritura e do Instrumento de Vinculação de Receitas e o cumprimento de suas obrigações neles previstas (b.1) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora, desde que a vinculação de receitas desta Emissão, prevista no Instrumento de Vinculação de Receitas, não importe em comprometimento dos recursos destinados à execução dos contratos celebrados com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás; (b.2) não importam nem resultam em criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora (ou de suas controladoras, diretas ou indiretas), exceto (x) por aqueles já existentes na presente data, e (y) pela Garantia (conforme definido no Instrumento de Vinculação de Receitas); e (b.3) não importam nem resultam na rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- c. esta Escritura e o Instrumento de Vinculação de Receitas constituem obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;

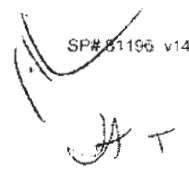

SP# 81196 v14
JAT



- d. os prospectos preliminar e definitivo ("**Prospectos**") contêm e conterão, no mínimo, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- e. as declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- f. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- g. não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica; e
- h. todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiros;
- i. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2003, e ao último trimestre encerrado, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- j. observado o disposto nos Prospectos e, em seu melhor conhecimento, a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- k. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer (k.1) descumprimento contratual, legal, judicial, administrativo ou arbitral; ou (k.2) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

XI.2. A Interveniente Garantidora declara e garante que:

- a. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, o Instrumento de Vinculação de Receitas e demais contratos relacionados à Emissão, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



SP# 01196 v14



- b. a celebração desta Escritura, do Instrumento de Vinculação de Receitas, do cumprimento de suas obrigações neles previstas (b.1) não infringem (i) qualquer obrigação anteriormente assumida pela Interviente Garantidora ou (ii) qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Interviente Garantidora seja parte, nem (b.2) irão resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Interviente Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- c. esta Escritura e o Instrumento de Vinculação de Receitas constituem obrigação legal, válida e vinculante da Interviente Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- d. os Prospectos contêm e conterão, no mínimo, todas as informações relevantes em relação à Interviente Garantidora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Interviente Garantidora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- e. as declarações contidas nos Prospectos em relação à Interviente Garantidora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- f. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Interviente Garantidora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- g. não há fatos relativos à Interviente Garantidora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos em relação à Interviente Garantidora seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- h. todos os esforços foram feitos pela Interviente Garantidora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à Interviente Garantidora são verdadeiros;
- i. as demonstrações financeiras da Interviente Garantidora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2003, e ao último trimestre encerrado, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Interviente Garantidora, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- j. observado o disposto nos Prospectos e, em seu melhor conhecimento, a Interviente Garantidora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e


SP# 81196 v14



- h. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer (h.1) descumprimento contratual, legal, judicial, administrativo ou arbitral; ou (h.2) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Interviente Garantidora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

XII.1. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas desta Emissão, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

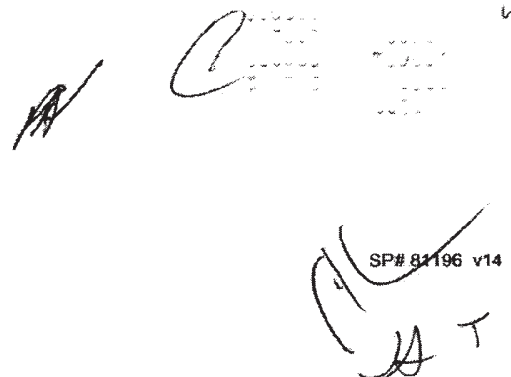
XII.2. Despesas. A Emissora arcará com todos os custos (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND e no BovespaFix; (ii) das taxas de registro; (iii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, o Instrumento de Vinculação de Receitas e os atos societários da Emissora; e (iv) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Instituição Depositária.

XII.3. Título Executivo. A presente Escritura, o Instrumento de Vinculação de Receitas e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações neles encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

XII.4. Independência das cláusulas. Caso uma ou mais cláusulas da presente Escritura sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexecutáveis, em qualquer aspecto, as demais cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e executáveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.

XII.5. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

XII.6. Foro. Fica eleito o Foro de Recife, Estado de Pernambuco, para dirimir as questões oriundas da presente Escritura e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



SP# 82196 v14

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Recife, 27 de agosto de 2004.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

Nome: FERNANDO ARRONTE VILLEGAS ERIK DA COSTA BREYER
Cargo: DIRETOR DIRETOR



OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Helena de Oliveira Thomas
Cargo: PROCURADORA

GUARANIANA S.A.

Nome: ERIK DA COSTA BREYER PAULO ROBERTO PUTRA
Cargo: DIRETOR DIRETOR

TESTEMUNHAS

1. [Signature]
Nome: JULIANA DE OLIVEIRA RIBEIRO F.
RG n.: 05667152-27

2. [Signature]
Nome: TATIANA GUEIROGA VASQUES
RG n.: 0827064683

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
CERTIFICO O REGISTRO EM: 30/08/2004	
SOB Nº: ED000353000	
Protocolo: 04/329943-1	
Empresa: 26 3 0003292 9	
COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	ROBERTO CAVALCANTI TAVARES
	SECRETÁRIO-GERAL